

CRISES DE ENERGIA NAS CRISES DO SISTEMA CAPITALISTA

LUCÉLIA IVONETE JULIANI¹

AILSON OLDAIR BARBISAN²

RESUMO

Crises econômicas são fenômenos inerentes a sociedade capitalista, a qual se transforma qualitativamente, tanto para melhor quanto para pior. O equilíbrio de mercado preconizado pelos economistas da corrente neoclássica esta longe de ser verdade diante dos acontecimentos reais. As crises energéticas que o mundo já enfrentou ilustram o ponto de unicidade e irreversibilidade na história, pois representa um fenômeno qualitativamente novo e diferente. Este artigo terá o seguinte questionamento para discussão: o que leva as nações a passarem por crises energéticas. Elas acontecem em função à escassez de recursos naturais ou dependem do grau de industrialização dos países. Por outro lado, será que as crises acontecem porque o sistema capitalista vigente é um sistema senoidal. A metodologia utilizada nesse estudo é de revisão bibliográfica seguida de análise analítica dos fatos relacionados e autores pesquisados. A questão das crises energéticas, em especial as crises do petróleo refletem a falta de equilíbrio entre demanda e oferta desse produto. Hora estava abundante e barato, hora estava escasso e caro, e acima de qualquer coisa era e é guiado por cartéis, como as Sete Irmãs ou a OPEP, que no final das contas tem o mesmo objetivo, ganhar lucros com a renda do petróleo. A economia mundial se tornou dependente da indústria petrolífera e, portanto arcou com todos os prejuízos quando a mesma entrou em crise.

Palavras-chaves: Crise Energética; Sociedade Capitalista; Recursos Naturais; Industrialização.

1 INTRODUÇÃO

Crises econômicas são fenômenos inerentes a sociedade capitalista, a qual se transforma qualitativamente, tanto para melhor quanto para pior. O equilíbrio de mercado preconizado pelos economistas da corrente neoclássica esta longe de ser verdade diante dos acontecimentos reais.

A Grande Depressão de 1929 teve como estopim a quebra da Bolsa de Nova Iorque, foi um marco na história do capitalismo moderno, transformando drasticamente a maneira de se entender e estudar os fenômenos ligados à produção, consumo e ao papel dos governos

¹ Doutoranda em Energia e Professora da UCEFF Faculdades.

² Eng° Civil, Mestre em Engenharia e Professor da UCEFF Faculdades.

centrais junto ao funcionamento do mercado. Suas causas ainda são temas de controvérsias entre seus estudiosos (SMOLSKI, 2009).

As crises energéticas que o mundo já enfrentou ilustram bem o ponto de unicidade e irreversibilidade na história, pois representa um fenômeno qualitativamente novo e diferente. As crises anteriores do capitalismo estão relacionadas com causas endógenas da esfera sócio-produtiva, que demonstraram a incapacidade da economia de mercado de atender a certos desajustes internos, como a realização do capital investido ou o aumento desmedido do sistema de crédito (FURTADO, 1985).

A grande indústria capitalista consumidora de energia impôs para as suas necessidades e o seu lucro a curto prazo, a produção e disposição de recursos naturais não renováveis como o petróleo a preços baixos. A crise de 1973, denominada primeira crise do petróleo, é um exemplo de crise energética e diferentemente de crises anteriores foi de escassez de oferta diante de um crescimento industrial que vinha alavancando as economias. A crise de energia é, por conseguinte uma crise de países capitalistas desenvolvidos, cujos grupos industriais e financeiros multinacionais ajudados pelos governos não podem já pilhar a sua vontade os recursos naturais desnatar as camadas mais fáceis de explorar e esbanjá-los de forma não planejada (DI CRESCENZO, 1974).

Este artigo terá o seguinte questionamento para discussão: o que leva as nações a passarem por crises energéticas. Elas acontecem em função a escassez de recursos naturais ou dependem do grau de industrialização dos países. Por outro lado, será que as crises acontecem porque o sistema capitalista vigente é um sistema senoidal.

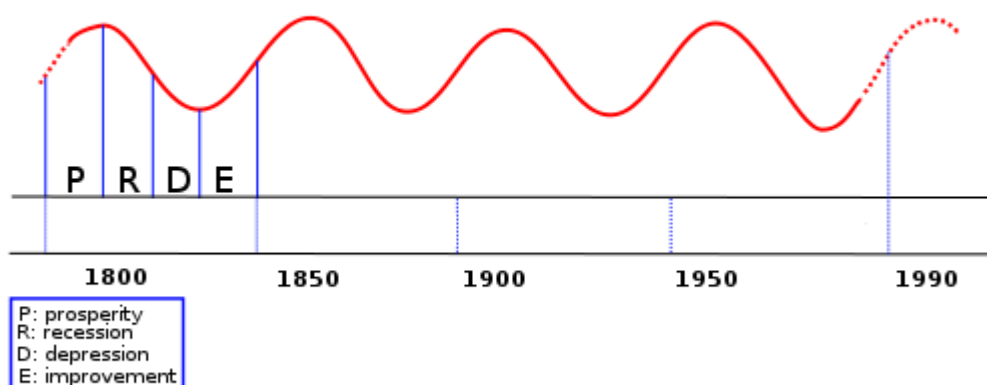
A metodologia utilizada nesse estudo é de revisão bibliográfica seguida de análise analítica dos fatos relacionados e autores pesquisados. O texto a seguir além da introdução e conclusão esta subdividido em quatro partes. A primeira faz uma reflexão sobre o conceito de “crise”, em seguida, há o estudo das duas grandes crises exegéticas mundiais, que foi os dois choques do petróleo, em 1973 e 1979. A terceira parte trata dos rumos tomados pelos países de primeiro e terceiro mundo frente à crise energética mundial e a quarta parte da um panorama de como foi os impactos no Brasil.

2 REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO “CRISE”

A palavra crise esta associada a vários sinônimos, porém neste estudo se refere as perturbações na vida econômica, atribuída pela economia clássica, a um desequilíbrio entre produção e consumo localizado em setores isolados da produção. Nas economias pré-capitalistas, as crises derivam da escassez súbita no abastecimento de bens, provocadas por fenômenos naturais (secas, inundações, epidemias e outros fenômenos sazonais, ou por acontecimentos sociais como guerras e insurreições). As crises são classificadas em endógenas em que as variáveis que a causa são superprodução, consumo, crédito e especulação. Crises por causas exógenas têm causas não econômicos, como guerra, epidemias e desastres naturais (SANDRONI, 1999).

No sistema capitalista as crises constituem uma fase regular do ciclo econômico, caracterizado pelo excesso geral da produção sobre a demanda, primeiro no setor de bens de capital e em seguida no setor de bens de consumo. Em conseqüência há queda brusca na produção, falência de empresas, desemprego em massa, redução de salários lucros e preços. O desenvolvimento econômico é entendido como um processo cíclico, dividido em varias fases, com pontos de mudanças nas partes inferiores e superiores do ciclo. A partir de um ponto abaixo de sua linha de equilíbrio, o processo de desenvolvimento econômico sairia de uma fase de recuperação para uma fase de expansão com aumento da taxa de investimento, aumento relativo da soma de salários, acréscimo de consumo. Observe a figura abaixo (SANDRONI, 1999):

Figura 1: Ilustração de como funciona os ciclos econômicos.



Segue-se a fase de prosperidade (*boom*), na qual os fatores de produção estariam plenamente ocupados, e em consequência, não poderiam fazer mais crescer a renda nacional e o lucro. A partir desse ponto haveria um aumento crescente dos preços, uma desorganização no mercado financeiro e de capitais, entrando a economia em um processo de contração, pois os preços que se mantiveram relativamente estáveis durante a fase de prosperidade, apesar da excessiva taxa de juros para os investimentos, já não se revelam rentáveis. Essa contração também chamada de recessão, pois a taxa de crescimento da renda nacional decresce em termos absolutos (SANDRONI, 1999).

O conceito de crises econômicas e ciclos econômicos estão configurados de forma exemplar no caso da Grande Depressão, que começou em 1929 e durou toda a década de 1930, foi um dos momentos definidores da história americana, porém seu efeito não limitou-se aos Estados Unidos a catástrofe foi sentida em quase todas as economias de mercado do mundo e há consenso de que o nazismo alemão tomou força nesse período e levou o mundo a segunda guerra mundial (KRUGMAN & WELLS, 2007).

A crise que se iniciou em agosto de 1929 teve como estopim uma leve queda no produto agregado que contribuiu para o colapso da bolsa de valores em outubro de 1929. Se os efeitos econômicos tivessem se limitado a queda no mercado de ações, a economia teria provavelmente sofrido um declínio de curto prazo, mas o que levou essa crise a enormes proporções foi o aumento do desemprego e o enorme declínio no produto agregado no longo prazo. Foi um tempo de miséria inesperada, que chocou o mundo principalmente porque na década anterior houve enorme crescimento e prosperidade (KRUGMAN & WELLS, 2007).

Nesse período houve intensos estudos na área econômica, pois, para os pesquisadores e toda comunidade científica era um enigma o “por quê” de uma década próspera seguida de uma depressão profunda. Uma das causas apontadas por John Maynard Keynes, economista e empresário fiel ao partido liberal, colocou que, estava havendo uma crise de superprodução, havia muito produto para uma demanda que não a absorvia esse conceito é chamado por ele de demanda efetiva, ou seja, é necessário verificar quanto de demanda para projetar a oferta, no entanto ainda ficava suspensa a questão, pois, o liberalismo econômico regia que os mercados se auto-equilibravam através da “*mão invisível*” preconizado por Adam Smith em sua obra A Riqueza das Nações de 1776. Por esta razão, Keynes colocava no esquema simplificado capitalista um novo agente de ligação o “Estado Interventor”, ou seja, em momentos de crises o Estado tem a finalidade de incorporar o papel da “*mão invisível*” e equilibrar os mercados.

Depois da Grande depressão de 1929, e das soluções encontradas pelos estudos da época, o sistema de mercado não deixou de incorrer em crises, a medida que as mesmas surgiam novas avaliações e decisões foram tomadas com soluções para o problema, no entanto fica provado que o sistema capitalista justifica esses altos e baixos na economia porque seu objetivo principal dentre outros é o crescimento dos lucros porém toda e qualquer estrutura econômica possui um ponto de esgotamento de recursos, quando isso acontece as crises acontecem e essa lógica não é diferente para a questão energética.

3 CRISES ENERGÉTICAS

Após a segunda guerra mundial, com a divisão dos espólios da guerra entre os vencedores, os países do ocidente iniciaram uma feliz expansão. As economias da Europa e dos Estados Unidos, estáveis e enriquecidas pelo petróleo, foram impulsionadas nas décadas de 1950 e 1960 alimentando-se cada vez mais de combustíveis derivados do petróleo durante o conflito. Desde o embaraço da Primeira Guerra mundial em que caminhões americanos tiveram de ser carregados por trens, porque não conseguiam transitar pelas péssimas estradas do país, a indústria petrolífera juntou-se a automobilística para pressionar a construção de uma rede de estradas asfaltadas que cortasse o país e permitissem que os carros transitassem sem problemas (SHAH, 2007).

Surgia assim, um mundo dependente do petróleo para fazer crescer suas indústrias, suas economias enfim, após a Segunda Guerra o lema era crescer e tudo foi feito para isso. O capitalismo tecnointustrial foi estruturado sobre o aparelho produtivo cuja operação envolveu custos muito elevados. Para rateá-los sem prejuízo do objetivo maior, que é a maximização do lucro, torna-se imperativa a existência de um mercado dimensionado em grande escala e propenso a aceitar os incessantes lançamentos de novos produtos e serviços (BÔA NOVA, 1985).

Ao se disseminado pelo mundo os padrões norte-americano de produção e consumo, o capitalismo transnacional trouxe consigo a civilização do petróleo. Primeiro, porque foi com padrões tecnológicos fortemente apoiados no petróleo que se deu a enorme expansão industrial entre o pós-guerra e o início dos anos 70. Segundo porque os setores industriais de maior crescimento foram quase sempre mais intimamente associados à utilização do petróleo; ou porque dele depende o funcionamento dos produtos que fabricam – como o automóvel e indiretamente os aparelhos elétricos – ou porque ele constitui a matéria prima crucial – como sucede na petroquímica (BÔA NOVA, 1985).

Os fatores geopolíticos que já estavam implícitos na formação do mercado mundial de petróleo como vetor energético dominante e o papel central dos países do Oriente Médio nesse abastecimento apresentam fatores físicos. Estes partem de uma inversão da relação de quantidade entre estoques disponíveis e demanda de petróleo em nível mundial e significam os limites da pletora (FURTADO, 1985).

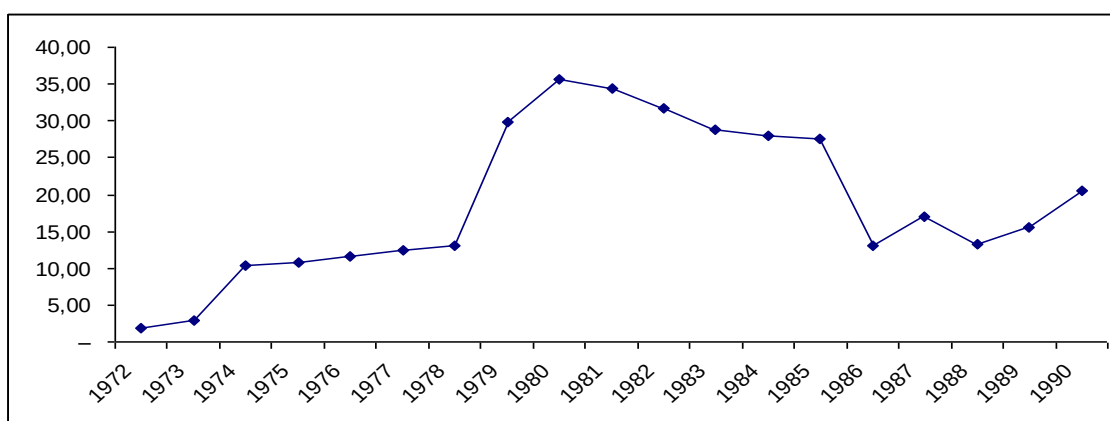
Em outubro de 1973, ocorreu a primeira crise energética no mundo, impulsionada pela especulação em torno dos preços do petróleo. Nas décadas de 50 e 60 o mundo estava em pleno crescimento econômico, e este muito dependente do petróleo, pois até então era um recurso barato em relação a outras fontes de energia. Nesse período grandes empresas monopolizavam a cadeia do petróleo eram denominadas as *Sete Irmãs* destas cinco eram americanas: Exxon, Texaco, Móbil, Oil Corporation, Gulf Oil Company e Standard Oil of Califórnia; uma inglesa: British Petroleum; e uma anglo-holandesa: a Shell.

Em determinado momento as *Sete Irmãs* e os países produtores de petróleo perceberam que havia um excesso de demanda para uma oferta inelástica no setor. Antes mesmo do cartel de empresas petrolíferas se conscientizarem do novo quadro mundial os países produtores de petróleo se uniram para formar a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo),

pois estavam diante de um custo de produção mais alto e uma demanda elevada e preços baixos. Os países que formaram fundaram a OPEP em setembro de 1960 foi o Irã, o Iraque, o Kuwait, a Arábia Saudita e a Venezuela.

Até 16 de outubro de 1973, a OPEP não tinha muita força perante as Sete Irmãs, mas quando foi interessante para as empresas petrolíferas o aumento no preço do petróleo elas deixaram a OPEP exercer o papel que exerce até hoje no setor o de definir a quantidade de oferta e o preço do barril de petróleo. O primeiro aumento de preços naquele ano do petróleo alcançou 70% e dois meses depois mais 130%. E também naquele ano houve o embargo das exportações de petróleo árabe para os países mais comprometidos com a política israelense, porém essa medida não durou mais do que alguns meses. O Gráfico 1 representa a evolução dos preços do petróleo de 1972 à 1990:

Gráfico 1: Evolução dos preços do barril de petróleo de 1972 à 1990 em dólares (Dubai \$/bbl)

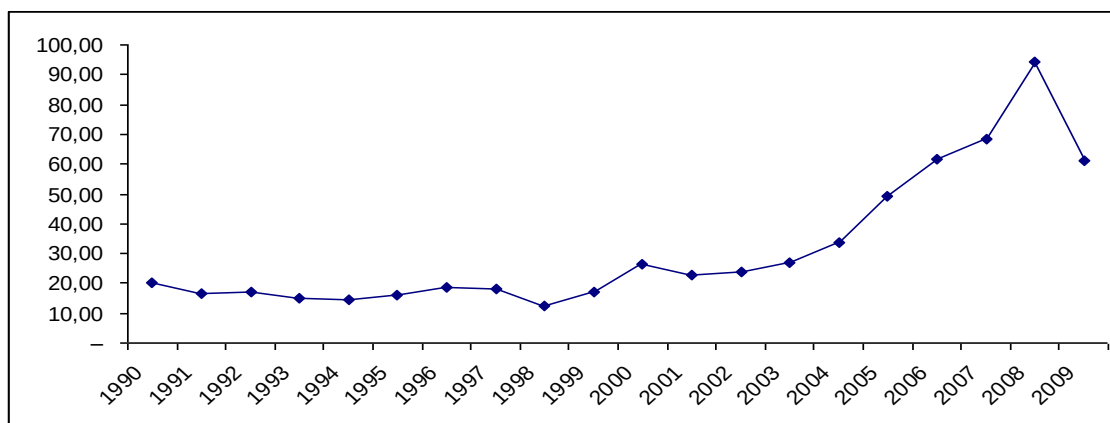


Fonte: BP Statistical Review of World Energy de junho de 2009

Segundo os dados da BP Statistical Review em 1972 o barril de petróleo foi cotado a US\$ 1,90 e em 1974 US\$ 10,70, isso é uma variação crescente de mais de 500%. De 1978 a 1980 o barril saiu de US\$ 13,03 para US\$ 35,69, mais de 200% de aumento. De 1985 a 1986 houve uma queda nos preços de US\$ 27,53 para US\$ 13,10, mais de 200% de queda. No gráfico 2 está a evolução dos preços do petróleo de 1990 a 2009. A década de 90 teve como menor preço US\$ 14,74 e o maior US\$ 20,45. A subida nos preços do barril foi mesmo a

partir de 2000 que deu um salto de US\$ 26,20 para US\$ 94,34. E embora tenha baixado um pouco manteve-se entre 60 e 100 dólares.

Gráfico 2: Evolução dos preços do barril de petróleo de 1990 á 2009 em dólares (Dubai \$/bbl)



Fonte: BP Statistical Review of World Energy de junho de 2009

O primeiro choque do petróleo consequência das duas duplicações sucessivas do preço internacional do produto decididas pela OPEP em 1973, marca o encerramento de uma fase de expansão econômica cujo dinamismo é inédito na história da sociedade industrial. Louis Puiseux (1977) chama esse período de “petro-prosperidade” devido ao papel central dos baixos preços do petróleo na prosperidade econômica dos anos 60. Esses preços que sofreram reduções em termos absolutos de 1958 até 1960, não somente permitiram manter os preços finais dos derivados extremamente baixos, mas também auferir volumosos impostos indiretos sobre combustíveis que facilitaram a expansão da infra estrutura ligada ao transporte rodoviário (FURTADO, 1985).

A ruptura que representou o primeiro choque do petróleo foi encarada da seguinte forma: em primeiro lugar, esperou-se que o preço do petróleo “anormalmente” alto baixasse outra vez para que o desenvolvimento industrial retomasse seu dinamismo. Frente à inércia do preço do petróleo em sua posição alta, os países industriais optaram em segundo lugar pela política de substituição. Acreditava-se que em face dos preços tão alto surgiriam naturalmente outras formas de energia que o esforço tecnológico as tornaria mais baratas que os preços do

petróleo. Porém os substitutos do petróleo, o gás, o carvão e até mesmo a energia nuclear também tiveram seus preços aumentados (FURTADO, 1985).

A grande lição da década de 70, marcada por tantos estudos sobre energia de substituição ou alternativa, é que não haverá por um certo período energia barata após o encarecimento do petróleo. Reverteu-se em nível mundial a tendência dos custos decrescentes do fator energético que havia caracterizado a sociedade industrial quando se substituiu lenha pelo carvão na Inglaterra do final do século XVIII, até a plethora petroleira no oriente médio nos anos 60. Na verdade as verdadeiras transformações que devem ocorrer deve vir pelo lado da demanda de energia, no entanto, o período entre os dois choques do petróleo caracterizou-se por certo marasmo nas políticas energéticas das principais nações industriais (FURTADO, 1985).

Durante os cinco anos subseqüentes à crise, a OPEP manteve os preços praticamente estáveis. A introdução de novos aumentos encontrava dois obstáculos: a resistência da Arábia Saudita – maior produtor da OPEP- e a presença de grandes excedentes de petróleo no mercado internacional. Em dezembro de 1978 o barril ainda custava US\$ 12,70, apenas 9% mais do que no início de 1974. Como nesse período o dólar havia sofrido sucessivas desvalorizações, o resultado era que o preço real do petróleo estava caindo muito. Segundo estimativas da OPEP, a baixa foi de mais de 60% durante o período de 1974-1978 (BÔA NOVA, 1985).

O quadro se transformou rapidamente com a revolução iraniana, irrompida a partir dos últimos meses de 1978. Temendo que o Oriente Médio entrasse num conflito de proporções e duração imprevisíveis, os países consumidores se atiraram a uma corrida desenfreada para a formação de estoques de petróleo. Essas pressões de demanda se faziam sobre um mercado que já estava temporariamente desfalcado da importante produção iraniana – cerca de 6,5 milhões de barris diários. Em pouco tempo, o mercado mundial de petróleo passou da sobra a escassez e o barril chegou a ser cotado em em aproximadamente US\$ 40, preços corrente no mercado paralelo (BÔA NOVA, 1985).

Mas do que pelos efeitos imediatos que gerou, a crise iraniana denominada como a “segunda crise ou o segundo choque do petróleo”, foi importante para chamar a atenção, de modo dramático, para o progressivo esgotamento das reservas petrolíferas disponíveis, mostrando que o ritmo das novas descobertas havia deixado de acompanhar o crescimento do consumo (BÔA NOVA, 1985).

Nesse período as divergências no seio da OPEP tenderam a crescer, levando a perda de unidade em torno de um preço. A maior parte dos países membros esteve interessada em diminuir a produção para garantir as elevações nos preços já adquiridos, melhorando a valorização das reservas. Arábia Saudita teve uma política global de garantir a oferta para os países industrializados para que os mesmo não buscassem fora petróleo e para que os mesmo não entrassem em recessão (FURTADO, 1985).

De fato, depois da saída do Irã, em 1978, o qual voltou exportar em níveis inferiores, em 79, eclodiu a Guerra Irã/Iraque em setembro de 80, que levou esses países, e principalmente o Iraque, a saírem de cena. De novo o mercado que estava em vias de estabilização veria os preços no spot disparar, mas a situação da Arábia Saudita seria decisiva compensando deficiência do Iraque. Somente no começo de 1982, o restante dos países da OPEP, acossados pela redução das exportações de petróleo, foi levado a negociar um preço único, assim como quotas de produção. Os outros produtores fora da OPEP, principalmente o mar do Norte e o México, se alinharam também com os preços da Arábia Saudita (FURTADO, 1985).

Outro fenômeno que influenciou consideravelmente na degringolada do preço do petróleo ocorrida a partir de meados de 1982 foi à reversão da política monetária americana a partir de 79, ou seja, o choque dos juros. A elevação em termos reais dos juros americanos, que induziu os outros países industrializados a seguir o mesmo passo com respeito a suas moedas, levando a deprimir a economia mundial, deprimindo conseqüentemente a demanda do petróleo marginal da OPEP; e sem segundo lugar revalorizou o dólar em relação as matéria – primas, e por conseguinte em relação ao petróleo. Durante esse choque, foi uma vitória americana sobre o poder ascendente, embora desorganizado, da OPEP como força política de certos países do Terceiro Mundo (FURTADO, 1985).

4 AS TRAJETÓRIAS DIVERGENTES QUE OS PAÍSES DE PRIMEIRO E TERCEIRO MUNDO TOMARAM A PARTIR DAS CRISES

O primeiro choque do petróleo é um divisor de águas da história contemporânea, entre um período de energia barata e outro de energia cara. Ao mesmo tempo reforçando o processo de inviabilização da trajetória tecnológica “energo-intensiva”. A trajetória do desenvolvimento

tecnológico da sociedade industrial em direção a inovações poupadoras de energia, um novo paradigma, intenso em informação, começa a se consolidar difundindo tecnologias propensas a economizar recursos energéticos. No entanto os países tiveram comportamentos diferentes a um mesmo paradigma consolidado pelo mundo. Essas trajetórias decorrem de macro-opções tecnológicas feitas pelas sociedades de primeiro e terceiro mundo (FURTADO, 2010).

Os países de primeiro mundo ou conhecidos também por desenvolvidos introduziram mudanças que vinham de encontro com o novo paradigma, tanto que a elasticidade CE/PIB (Consumo de energia por PIB) caiu após o primeiro choque do petróleo. Esse processo se deu com maior intensidade na Europa e no Japão, entre 73 e 79 e nos Estados unidos isso aconteceu mais tarde em decorrência da maior inércia desde país em responder as mudanças do quadro internacional. Os países desenvolvidos interviram na taxa de investimentos para fazer o crescimento econômico diminuir, e ao mesmo tempo houve um intenso processo de reconversão e da modernização do parque produtivo que teve importante desdobramentos na queda da intensidade energética do produto (FURTADO, 2010).

O progresso técnico foi muito importante para a redução do consumo de energia das atividades econômicas, tanto pelo aumento de eficiência de novas gerações de equipamentos, como através da alteração da atividade produtiva. No entanto as mudanças que ocorreram dentro da estrutura produtiva, nos países desenvolvidos não decorreram apenas do progresso técnico e nem indicam, necessariamente, o advento da tão propagada economia “pós-industrial” ou “ economia da informação”, mas simplesmente pode vir a ser a realocação de atividades industriais intensivas em energia em nível internacional, associada a uma certa desindustrialização e terceirização da economia desses países (FURTADO, 2010).

A trajetória de desenvolvimento tecnológico dos países de terceiro mundo, que acompanhavam até 1973, a dos países desenvolvidos, adota uma direção profundamente divergente após a crise energética até a década de 90. As disparidades se observa na elasticidade CE/PIB que ao invés de cair como nos países desenvolvidos, teve crescimento, principalmente após o segundo choque do petróleo. Esses países atravessaram o primeiro choque do petróleo sem sofrer grandes alterações em sua dinâmica de desenvolvimento, isso se atribui a ao fato de que um certo grupo de países exportadores foi beneficiado pela subida do preço do petróleo enquanto as demais gozaram de condições favoráveis para endividar-se,

em virtude da abundância dos petrodólares no mercado financeiro internacional (FURTADO, 2010).

No entanto, após o segundo choque do petróleo, as condições de endividamento externo dos países de terceiro mundo junto ao mercado financeiro internacional se alteraram radicalmente em função da política de juros altos praticada pela Reserva Federal nos Estados Unidos. Atendendo ao imperativo de saldar o serviço de suas dívidas externas, os países de terceiro mundo passaram a realizar volumosos excedentes comerciais. A América Latina, por exemplo, tornou-se exportadora líquida de capitais, quando computados os fluxos reais, a partir de 1982. Essas políticas que foram praticadas sob o rígido controle de instituições multilaterais e dos bancos privados, tiveram por objetivo aumentar o excedente comercial, utilizando-se, do mecanismo de comprimir o consumo interno e o investimento para reorientar os fluxos produtivos na direção das exportações (FURTADO, 2010).

O esforço realizado pelos países de terceiro mundo foi tão mais intenso que ele se baseou sobre a promoção de exportações dos produtos primários ou de bens manufaturados intermediários, cujos preços reais verificaram sensível queda durante a década de 80. Os impactos dessa reorientação de fluxos reais dentro da economia foram extremamente negativos para o seu dinamismo, na medida em que, de um lado, o investimento caiu, e que por outro, os custos ambientais do crescimento econômico aumentaram enormemente (FURTADO, 2010).

As deseconomias de energia, provocadas pela recessão foram outro importante elemento que influenciou negativamente sobre a eficiência energética da economia dos países do terceiro mundo. Os cortes nos investimentos conduziram a um alongamento de vida útil de equipamentos de gerações mais antigas de baixa eficiência energética. Os impactos que resultaram em termos de aumento do consumo energético e da deterioração ambiental foram extremamente negativos para a sustentabilidade do desenvolvimento desses países. Esse fato revela uma evidente correlação entre eficiência energética-ambiental e retomada do investimento e do consumo de bens duráveis (FURTADO, 2010).

A década de 90, em compensação a década anterior, assiste a uma importante alteração da evolução dos países em desenvolvimento. Essa alteração demarca uma maior heterogeneidade na evolução desses países. Os países asiáticos consolidam a sua liderança, aumentando o ritmo de desenvolvimento do bloco de países de terceiro mundo. Além do que a renegociação

da dívida externa dos países latino-americanos, através do alongamento do seu perfil, desonerou temporariamente e parcialmente esses países do fardo do pagamento do seu serviço, além de permitir a retomada do fluxo de capitais para esses países (FURTADO, 2010).

A própria crise vivida pelos países desenvolvidos no início dos anos 90 incentivou a retomada dos fluxos de capitais para países em desenvolvimento. As reformas introduzidas nas economias dos países latino-americanos e em um grande número de países em desenvolvimento, incentivadas pelo Consenso de Washington favoreceram a retomada do investimento direto, estrangeiro, que tornou-se uma importante fonte para a obtenção de divisas e equilibrar as contas do balanço de pagamentos. Essa década foi marcadamente mais dinâmica economicamente para os países de terceiro mundo, porém a segunda metade da década foi marcada por profundas crises financeiras que afetam o dinamismo dessas economias.

5 E O BRASIL NESSE CONTEXTO

As dificuldades crescentes que a economia brasileira passou a enfrentar desde meados dos anos 70, culminado com a recessão configurada a partir de 1981 seriam devidas unicamente a fatores externos, sobretudo a crise do petróleo desencadeada em 1973. Esta crise teria interrompido o processo de desenvolvimento que estava conduzindo a nação a uma prosperidade duradoura, por obra do regime político instaurado em 1964 (BÔA NOVA, 1985).

A economia brasileira na época era a maior importadora de petróleo do terceiro mundo, com o volume de 578.000 bbl/dia, o que representava mais de 30% do valor das importações do país em 1973, e em função da crise teve que iniciar um intenso processo de reversão da estrutura produtiva para adequar-se ao novo contexto internacional, à semelhança do que acontecia com os países desenvolvidos. O curioso é observar que esse ajuste levou a economia brasileira para uma trajetória de desenvolvimento tecnológico fundamentalmente divergente da dos países desenvolvidos. Essa trajetória divergente com o primeiro mundo é compreensível em função do caráter desarticulado do sistema produtivo antes ainda do primeiro choque. A maneira de

enfrentar o déficit na balança comercial, parcialmente gerado pela elevação do preço internacional do petróleo, foi intensificar o processo de substituição de importações e aumentar o volume das exportações. Ocorre pela vasta riqueza em recursos naturais inclusive energéticos hídricos, que a saída naturalmente foi encontrada para aumentar as exportações constituiu em promover a expansão dos setores produtivos energo-intensivos (FURTADO, 2010).

O segundo choque do petróleo encerrou o ciclo expansivo da economia brasileira que crescia a taxa média de 7% ao ano desde 1945. Essa taxa caiu para 1,5% ao ano, durante a década de 80. A Elevada dependência do petróleo importado, cuja fatura chegou a representar entre 35 a 50% do valor das importações do país em 79-81, associada ao acelerado ritmo de endividamento externo, inviabilizou o prosseguimento do desenvolvimento do país (FURTADO, 2010).

Apesar da estagnação, a economia brasileira sofreu importantes transformações produtivas, durante a década de 80, tanto dentro do setor industrial como nas proporções inter-setoriais, decorrente da substituição das importações e da guinada exportadora. O ajuste que ocorreu nessa década, teve a finalidade de adequar a economia brasileira ao novo contexto externo, constituiu numa reação defensiva que comprimiu a demanda interna para promover as exportações.

Os anos 90 para o caso brasileiro, embora o ambiente externo tenha evoluído consideravelmente, no Brasil prosseguia a trajetória dos anos 80. A economia se redinamizou em função do alongamento do perfil da dívida externa e da retomada dos fluxos de capitais estrangeiros, assim as taxas de crescimento foram muito baixas e muito inferiores as verificadas nas décadas de 60 e 70. Isso porque a expansão do consumo que ocorre em 1993, se deu muito em função do aumento das importações. De forma que a economia brasileira passou de uma posição superavitária para um déficit expressivo na balança de bens (FURTADO, 2010).

Do lado produtivo, as transformações prosseguiram, sobretudo no setor energético. A produção nacional de petróleo praticamente duplicou, passando de 560 mil bbl/dia em 1990, para 1.255 mil bbl/dia, em 2000. O amadurecimento das tecnologias de extração de petróleo em águas profundas tornou viável o desenvolvimento das reservas descobertas pela Petrobrás na Bacia de Campos durante a década passada (FURTADO, 2010).

A abertura da economia brasileira reduziu a elasticidade CE/PIB, ao aumentar brutalmente o volume de importações. Durante a segunda metade da década de 90 o país volta a crescer aos patamares da década de 80. O aumento do consumo de energia nos anos 90 se apoiou em grande medida na retomada do consumo de petróleo. O aumento da intensidade energética da indústria de transformação é outro fato marcante da década que impulsionou o aumento do consumo energético do setor industrial no período, esse aumento é atribuído a continuidade da trajetória tecnológica das décadas anteriores.

6 CONCLUSÃO

As crises em geral ocorrem sempre que o sistema capitalista encontra obstáculos para sua reprodução. Como as nações procuram se desenvolver, e para isso utilizam o indicador de crescimento econômico, o Produto Interno Bruto (PIB) como balizador uma vez que o mesmo não esteja crescendo o país não está se desenvolvendo. Este é o primeiro erro ao analisar incorrido em análises de desenvolvimento econômico.

A sociedade de consumo que os Estados Unidos criaram e disseminaram pelo mundo é responsável por boa parte das crises do sistema capitalista, porque, a busca de satisfação no consumo faz a demanda agregada aumentar, este de forma elástica, porém a oferta agregada é inelástica, é certo que o desequilíbrio acontecerá. A concorrência perfeita preconizada pela escola neoclássica, não é tão perfeita. Para uma sociedade consumista se manter é necessários enormes níveis de investimentos para alicerçar o sistema econômico, no entanto há reações adversas a essas ações como o aumento desmedido dos preços e a inflação generalizada, tão longe esses problemas permaneçam a tendência da economia é entrar em recessão e crise.

A questão das crises energéticas, em especial nesse artigo, as crises do petróleo refletem a falta de equilíbrio entre demanda e oferta desse produto. Hora estava abundante e barato, hora estava escasso e caro, e acima de qualquer coisa era e é guiado por cartéis, como as Sete Irmãs ou a OPEP, que no final das contas tem o mesmo objetivo, ganhar lucros com a renda do petróleo. Se o mundo não fosse tão dependente dessa fonte de energia, poderia ter passado as crises com menos prejuízos, porém, a substitutabilidade desse recurso natural não era na época nem ao menos cogitada. Passou-se a se pensar nisso quando as crises afetaram os lucros e frearam a industrialização e o crescimento das nações.

A substitutabilidade de recursos naturais, já preconizado por Sollow (1974), foi uma alternativa no primeiro choque do petróleo em 1973, e não foi à solução, porque os substitutos da época eram os derivados de combustíveis fósseis, e os preços dos mesmos acompanharam a subida do preço do petróleo.

Por outro lado, observa-se que para o sistema continuar saudável era preciso tomar algumas decisões estratégicas, no âmbito de como planejar e utilizar melhor um recurso que se encontrava com oferta inelástica, para isso, foi adotada as estratégias de melhoramento de informações e aperfeiçoamento tecnológico. Esses dois fatores trouxeram maior eficiência no uso do recurso escasso e também possibilitou a extração de petróleo em águas profundas, tecnologia que em 73 não era pensada se quer.

Os países já desenvolvidos conseguiram com as estratégias acima citadas reorganizar suas economias mais rápido que os países de terceiro mundo, esses últimos, estavam muito endividados após o segundo choque do petróleo e isso os levou a decadência, mas como em todo o ciclo econômico, após a estagnação e recessão, o período seguinte é de prosperidade, e isso veio a se confirmar nas décadas seguintes.

Puiseux (1980) afirma que a sociedade esta num avião demasiadamente carregado que irá colidir com as cismas de uma cadeia de montanhas. A saída esta em aliviar o peso do avião, difundindo as novas tecnologias e adotando uma trajetória de desenvolvimento tecnológico ambientalmente sustentável, para passar por cima das montanhas. No entanto, uma provável parcela dos países de terceiro mundo ainda esta sendo forçada a carregar o avião para pagar o fardo da dívida externa, tornando assim mais segura uma colisão, que agora, mais do que nunca, pode afetar o equilíbrio ecológico do planeta.

Finalmente é possível verificar que o sistema capitalista é um sistema gerador de crises. O liberalismo de Adam Smith foi por terra quando a *mão invisível* não regulou os mercados em 1929, e mesmo o liberalismo com a presença do estado continua a ser procriador de crises, a diferença é que nesse último caso o socorre vem do Estado, que é a representação do conjunto da sociedade. Não há discussão sobre a solução das crises, porque não há discussão se o sistema vigente é o melhor para economia e a sociedade, ou seja, o sistema capitalista é dado, o que se faz é verificar as causas dos problemas e minimizá-las, porém, sempre haverá vencedores e perdedores nesse jogo de interesses.

REFERÊNCIAS

BÔA NOVA, Antonio Carlos. **Energia e Classes Sociais no Brasil**. Loyola, 1985, São Paulo-SP.

DI CRESCENZO, Bernard. **Crise de Energia ou Crise Política**. Estampa, 1974, Lisboa.Portugual.

FURTADO, André. **A Crise Energética Mundial e o Brasil**, in: Revista Novos Estudos Cebrap, nº11, janeiro 1985, p. 17-29, São Paulo-SP.

FURTADO, André. **Crise Energética e Trajetória de Desenvolvimento Tecnológico**, Disponível em:
(www.ie.ufrj.br/.../crise_energetica_e_trajetorias_de_desenvolvimento_tecnologico.pdf)
acesso 22/08/2010.

PUISEUX, L. **Vers un changement d'époque in histoire** nº6, Quelle Cise?, Hachette, oct.nov.dec. 1980, p.234-246.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. Best Seller, 1999. São Paulo -SP

SHAH, Sônia. **A História do Petróleo**. L&PM, 2007. Porto Alegre – RS, 2007.

BP Statistical Review of World Energy - Editado pela British Petroleum
(<http://www.bp.com/productlanding.do?categoryId=6929&contentId=7044622>)

SOLOW, Robert. **The Economics of Resources or the resources of Economics**, *The American Economic Review*, Vol. 64, No. 2, Papers and Proceedings of the Eighty-sixth Annual Meeting of the American Economic Association. (May, 1974), pp. 1-14. Acesso: <http://www.jstor.org/pss/1816009>